

A herança perversa do colonialismo racista



O tráfico de escravos africanos para o continente americano, organizado, sobretudo por portugueses e brasileiros durante mais de três séculos e meio, foi a mais vasta e duradoura migração forçada de toda a História

Por Fábio Konder Comparato*

Segundo estudo

divulgado em outubro deste ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a crônica desigualdade social que marcou todo o curso de nossa história, desde que Pedro Álvares Cabral aqui aportou no dealbar do século XVI, aumentou em 2018. O rendimento médio mensal do 1% mais rico do país foi quase 34 vezes maior do que o da metade mais pobre de toda nossa população.

Não é difícil perceber que tais dados escandalosos representam o fruto podre do capitalismo excludente e do racismo genocida, implantados aqui desde o início do processo colonizador.

Estima-se que em 1500, quando os portugueses aqui chegaram, a população indígena em nosso território era cerca de 3 a 4 milhões de pessoas. Durante o período colonial, como reportam os historiadores, foram extermínados em média 1 milhão de índios em cada século. Ora, tal genocídio corre o sério risco de ser retomado com o atual desgoverno federal; o que levou o Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos - CADHu e a Comissão Dom Paulo Evaristo Arns de Defesa dos Direitos Humanos, da qual tenho a honra de fazer parte - a encaminhar à Procuradora do Tribunal Penal Internacional uma Comunicação, pela qual requerem a abertura de um procedimento preliminar sobre a incitação ao genocídio da população indígena, por parte do atual Chefe do Poder Executivo federal.

Concomitantemente, o tráfico de escravos africanos para o continente americano, organizado, sobretudo por portugueses e brasileiros durante mais de três séculos e meio, foi a mais vasta e duradoura migração forçada de toda a História. Hoje, sabe-se com precisão que doze milhões e meio de escravos foram transportados da África para as Américas entre 1500 e 1867, sendo que desse total menos de onze milhões sobreviveram à travessia do Atlântico. Quase metade dessa vasta população

cativa foi desembarcada em território brasileiro, sendo que 5% faleciam durante o processo de venda e transporte para os locais de trabalho; e outros 15% nos três primeiros anos de cativeiro em nosso território.

O tráfico

escravagista para o Brasil foi, por quase três séculos, a nossa mais lucrativa atividade comercial e os traficantes de escravos formaram, durante todo esse tempo, a camada mais abastada de nossa população. Aliás, os nossos fazendeiros sempre preferiram comprar escravos trazidos por traficantes, do que utilizar os que já nasciam aqui, pois a expectativa de vida de um cativeiro nascido no Brasil, como constatado em 1872, era de apenas 18,3 anos, ao passo que o da média da população em geral chegava a 27,4 anos.

Em 13 de maio de

1888, fomos o último país das Américas a abolir a escravidão, e o fizemos pacificamente, em razão de nosso “caráter cordial” como disseram alguns; mas também sem pagar um centavo de indenização aos alforriados. Os senhores de escravos, entre os quais sempre estiveram várias congregações da Igreja Católica, não se sentiam minimamente responsáveis pelas consequências do crime nefando, praticado durante quase quatro séculos.

A história da

escravidão de africanos e afrodescendentes no Brasil agora recomeça a ser relatada por Laurentino Gomes, em sua monumental obra *Escravidão* (GloboLivros, 2019) cujo primeiro dos três volumes já foi publicado. Alimento a esperança de que essa história execrável venha a ser uma parte importante do currículo didático de nosso ensino fundamental.

***Fábio Konder Comparato** é Professor Emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra.